



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
1. HISTÓRICO E CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	27
1.1. Breve histórico do direito penal militar brasileiro	27
1.2. As inovações trazidas pela Lei n. 9.299, de 7 de agosto de 1996	32
1.3. As inovações trazidas Lei n. 13.491, de 16 de outubro de 2017	40
1.4. (In)Aplicabilidade da Lei n. 9.099/1995 ao Direito Castrense	51
2. DIREITO PENAL MILITAR SUBSTANTIVO E ADJETIVO	57
3. BEM JURÍDICO-PENAL	63
3.1. Generalidades	63
3.2. Bem jurídico-penal militar	66
3.3. A regularidade das instituições militares	73
4. CARÁTER ESPECIAL DO DIREITO PENAL MILITAR	77
5. FUNDAMENTOS E FINALIDADE DA PENA NO DIREITO PENAL MILITAR	81
5.1. Conceito precário de pena	82
5.2. Teorias absolutas da pena	83
5.3. Teorias relativas da pena	84
5.3.1. Prevenção geral	84
5.3.2. Prevenção especial	86
5.4. Teorias mistas, unificadoras, unitárias ou ecléticas	88
5.5. Teoria da pena e o Direito Penal Militar	89
6. CONCEITO DE DIREITO PENAL MILITAR	93
7. PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL MILITAR	95
7.1. Conceito de princípio e sua distinção das regras	95
7.2. Conflito entre princípios	95
7.3. Classificação dos princípios	98
7.4. Princípios do Direito Penal Militar	99
7.4.1. Princípio da legalidade	99
7.4.2. Princípio da intervenção mínima	104
7.4.3. Princípio da insignificância	108

7.4.4.	Princípio da culpabilidade	115
7.4.5.	Princípio da humanidade	117
7.4.6.	Princípio ne bis in idem	118
7.4.7.	Princípio da personalidade intranscendência ou da pessoalidade	120
7.4.8.	Princípio da individualização da pena	122
7.4.9.	Princípio da proporcionalidade	127
8.	CRIME PRÓPRIA E IMPROPRIAMENTE MILITAR	131
8.1.	Critério de configuração do crime militar	131
8.2.	Relevância da distinção entre crimes propriamente e impropriamente militares	133
8.3.	Teoria clássica	137
8.4.	Visão da doutrina penal comum: uma “teoria topográfica”	137
8.5.	Teoria de Jorge Alberto Romeiro: “teoria processual”	138
8.6.	Classificação tricotômica de Ione de Souza Cruz e Cláudio Amin Miguel	139
9.	RELAÇÃO DO DIREITO PENAL MILITAR COM OUTRAS CIÊNCIAS E OUTROS RAMOS DO DIREITO	141
9.1.	Medicina Legal	141
9.2.	Criminalística	141
9.3.	Psiquiatria Forense	142
9.4.	Ciências Criminais	142
9.5.	Filosofia do Direito	142
9.6.	Sociologia Jurídica	143
9.7.	Direito Constitucional	143
9.8.	Direito Administrativo	143
9.9.	Direito Administrativo Disciplinar	144
10.	FONTES DO DIREITO PENAL MILITAR	155
10.1.	Fonte material	155
10.2.	Fontes formais	156
10.2.1.	Fonte imediata	156
10.2.2.	Fontes mediatas	157
11.	INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR	159
11.1.	Interpretação autêntica contextual no Código Penal Militar	166
11.1.1.	Conceito de militar (art. 22 do CPM)	166
11.1.2.	Conceito de militar por equiparação (art. 12 do CPM)	169
11.1.3.	Conceito de assemelhado (art. 21 do CPM)	171
11.1.4.	Conceito de superior funcional (art. 24 do CPM)	173
11.1.5.	Situação do militar estrangeiro (art. 11 do CPM)	176
11.1.6.	Defeito de incorporação (art. 14 do CPM)	177
11.1.7.	Tempo de guerra (art. 15 do CPM)	178
11.1.8.	Aplicação das regras da parte geral do CPM à legislação especial e aos crimes militares extravagantes e salário mínimo (art. 17 do CPM)	179

11.1.9. Infrações disciplinares (art. 19 do CPM)	183
11.1.10. Crimes praticados em tempo de guerra (art. 20 do CPM)	183
11.1.11. Equiparação a comandante (art. 23 do CPM)	183
11.1.12. Crime praticado em presença do inimigo (art. 25 do CPM)	184
11.1.13. Referência a brasileiro ou nacional (art. 26 do CPM)	184
11.1.14. Funcionário da Justiça Militar (art. 27 do CPM)	185
11.1.15. Casos de prevalência do Código Penal Militar (art. 28 do CPM)	185
12. APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR	187
12.1. Lei penal militar no tempo	187
12.1.1. Tempo do crime militar	188
12.1.2. Irretroatividade da <i>lex gravior</i>	189
12.1.3. <i>Abolitio criminis</i>	190
12.1.4. <i>Lex mitior</i>	191
12.1.5. <i>Lex tertia</i>	193
12.1.6. Medidas de segurança	194
12.1.7. Norma penal em branco	194
12.1.8. Lei excepcional e lei temporária	195
12.1.9. Crime continuado e crime permanente	196
12.1.10. Lei n. 13.491, de 16 de outubro de 2017 e sua aplicação no tempo	196
12.2. Lei penal militar no espaço	201
12.2.1. Os dispositivos despidiendos	204
12.2.2. Lugar do crime militar	205
12.3. Aplicação da lei penal militar em relação às pessoas	205
12.3.1. Jurisdicionados das Justiças Militares	206
12.3.2. Imunidade diplomática	210
12.3.3. Imunidades aplicadas aos detentores de mandatos eletivos	212
12.3.3.1. Imunidades aplicadas aos parlamentares	213
12.3.3.2. Noções fundamentais acerca da aplicação da lei penal em relação aos detentores de mandato eletivo no Poder Executivo	226
12.3.3.3. Efetiva aplicação da lei penal militar a ocupantes de cargos eletivos	230
12.3.4. Aplicação da lei penal militar em relação aos advogados	240
12.4. Contagem de prazos no Direito Penal Militar	244
13. TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	245
13.1. Criação	246
13.2. Exercício da jurisdição e crimes de competência do TPI	249
13.3. Pontos polêmicos do Estatuto de Roma em relação ao ordenamento jurídico brasileiro	251
13.3.1. Porosidade dos tipos penais em face da técnica heterodoxa (art. 9º)	253
13.3.2. Exceções ao princípio da coisa julgada	253
13.3.3. Imprescritibilidade dos delitos abrangidos pela competência do TPI	254

13.3.4. Entrega de nacionais em contraposição à vedação de extradição de brasileiros natos	255
13.3.5. Cominação de pena de prisão perpétua	256
13.4. Crime militar e a competência do TPI	257

DO FATO PUNÍVEL

1. DOGMÁTICA PENAL E POLÍTICA CRIMINAL	261
2. MODELOS PENAIIS	265
2.1. Conceitos de crime	266
2.1.1. Formal	266
2.1.2. Material	266
2.1.3. Analítico	267
2.1.3.1. Causalismo clássico	268
2.1.3.2. Causalismo neoclássico	273
2.1.3.3. Finalismo	280
2.1.3.4. Funcionalismo penal	286
2.1.3.4.1. O funcionalismo penal de Claus Roxin	287
2.1.3.4.2. O funcionalismo penal de Günther Jakobs	292
2.1.3.4.3. Günther Jakobs e o Direito Penal do inimigo	297
2.1.3.5. A exaltação da “revolução welzeniana”: o finalismo como sistema reitor e seu conceito analítico de crime	298
2.1.3.5.1. Modelo adotado pelo Código Penal Militar	299
2.1.3.5.2. Modelo adotado no Código Penal comum	300
2.1.3.5.3. A negação do funcionalismo como modelo reitor para o Estado Democrático de Direito	302
2.1.3.5.4. O Direito Penal Militar e a possibilidade de aplicação de uma moldura finalista	308
2.1.3.6. Elementos do conceito analítico de crime segundo o finalismo	310
2.1.3.6.1. Tipo de injusto: o fato típico	311
2.1.3.6.2. Tipo de injusto: a antijuridicidade	490
2.1.3.6.3. Culpabilidade	520

CONSEQUÊNCIAS DO CRIME

1. DAS PENAS PRINCIPAIS	599
1.1. Pena de morte	600
1.2. Reclusão e detenção	605
1.3. Prisão	618
1.4. Impedimento	619
1.5. Suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função	620
1.6. Reforma	624
2. DA APLICAÇÃO DA PENA	627
2.1. Primeira fase da aplicação da pena: definição da pena-base	630

2.2.	Segunda fase da aplicação da pena: circunstâncias agravantes e atenuantes	641
2.2.1.	Circunstâncias agravantes	642
2.2.2.	Circunstâncias atenuantes	650
2.3.	Terceira fase da aplicação da pena: causas especiais de aumento e diminuição de pena	658
3.	DAS PENAS ACESSÓRIAS	665
3.1.	Espécies de penas acessórias	665
3.1.1.	Perda do posto e da patente, indignidade para o oficialato e incompatibilidade com o oficialato	665
3.1.2.	Exclusão das Forças Armadas	672
3.1.3.	Perda da função pública	677
3.1.4.	Inabilitação para o exercício de função pública	678
3.1.5.	Suspensão do pátrio poder, tutela ou curatela	679
3.1.6.	Suspensão dos direitos políticos	680
3.1.7.	Imposição de pena acessória	680
4.	MEDIDAS DE SEGURANÇA	681
4.1.	Pessoas sujeitas às medidas de segurança	682
4.2.	Internação em manicômio judiciário	682
4.3.	Cassação de licença para dirigir veículos motorizados	687
4.4.	Exílio local	688
4.5.	Proibição de frequentar determinados lugares	688
4.6.	Interdição de estabelecimento, sociedade ou associação	689
4.7.	Confisco	689
4.8.	Quadro resumido	690
5.	CONCURSO DE CRIMES NO CÓDIGO PENAL MILITAR	691
5.1.	Conceito	691
5.2.	Diferenciação entre reincidência, concurso de pessoas e concurso aparente de normas	691
5.3.	Sistemas de aplicação de penas em concurso de crimes	692
5.4.	Concurso de crimes no Código Penal comum	692
5.4.1.	Concurso material ou real	692
5.4.2.	Concurso formal ou ideal	693
5.4.3.	Crime continuado	694
5.5.	Concurso de crimes no Código Penal Militar	695
5.5.1.	Análise do art. 79 do CPM	695
5.5.2.	Crime continuado no CPM	699
5.5.3.	O problema do art. 81 do CPM na unificação das penas privativas de liberdade no concurso de crimes e na fixação da pena final em crimes praticados isoladamente	704
6.	SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA	707
6.1.	Conceito	707

6.2.	Requisitos	707
6.3.	Condições	708
6.4.	Revogação	709
6.4.1.	Causas de revogação obrigatória	709
6.4.2.	Revogação facultativa	710
6.5.	Prorrogação	711
6.6.	Extinção da pena	711
6.7.	Não aplicação do <i>sursis</i>	711
7.	DO LIVRAMENTO CONDICIONAL	715
7.1.	Conceito	715
7.2.	Requisitos	715
7.3.	Penas em concurso de infrações	716
7.4.	Especificação das condições	716
7.5.	Revogação	717
7.5.1.	Obrigatória	717
7.5.2.	Facultativa	717
7.6.	Extinção da pena	718
7.7.	Não aplicação do livramento condicional	718
7.8.	Casos especiais	718
8.	EFEITOS DA CONDENAÇÃO	719
9.	AÇÃO PENAL	733
9.1.	Introdução	733
9.2.	Condições da ação	735
9.3.	Espécies de ação penal do Direito Penal comum	736
9.3.1.	Ação penal pública	737
9.3.1.1.	Ação penal pública incondicionada (ou absoluta)	738
9.3.1.2.	Ação penal pública condicionada	738
9.3.1.2.1.	Representação do ofendido ou de seu representante legal	738
9.3.1.2.2.	Requisição do Ministro da Justiça	740
9.3.2.	Ação penal privada. Modalidades	741
9.3.2.1.	Ação penal privada exclusiva	741
9.3.2.1.1.	Queixa-crime	743
9.3.2.1.2.	Renúncia	744
9.3.2.1.3.	Perdão do ofendido	744
9.3.2.2.	Ação penal privada subsidiária da pública	745
9.4.	Ação penal no Direito Penal Militar	746
9.4.1.	Ação penal nos crimes militares extravagantes	749
10.	PUNIBILIDADE	753
10.1.	Conceito	753
10.2.	Causas extintivas da punibilidade no Direito Penal comum	757
10.2.1.	Morte do agente	758

10.2.2.	Anistia, graça ou indulto	759
10.2.2.1.	Anistia	760
10.2.2.2.	Graça ou indulto	760
10.2.3.	"Abolitio criminis"	761
10.2.4.	Decadência	763
10.2.5.	Perempção	763
10.2.6.	Renúncia do direito de queixa e perdão aceito	764
10.2.7.	Retratação do agente	764
10.2.8.	Perdão judicial	764
10.2.9.	Prescrição	765
10.3.	Causas extintivas da punibilidade no Direito Penal Militar	765
10.3.1.	Morte do agente	765
10.3.2.	Anistia ou indulto	766
10.3.2.1.	Anistia	766
10.3.2.2.	Indulto	775
10.3.3.	"Abolitio criminis"	776
10.3.4.	Prescrição	776
10.3.5.	Ausência da decadência, perempção, renúncia ao direito de queixa e perdão do ofendido aceito pelo querelado como causas extintivas da punibilidade no Direito Penal Militar	776
10.3.6.	Perdão judicial no Direito Penal Militar	779
11.	PRESCRIÇÃO	785
11.1.	Introdução	785
11.2.	Prescrição da pretensão punitiva	788
11.2.1.	Prazos da prescrição da pretensão punitiva	788
11.2.2.	Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva	798
11.2.3.	Suspensão do prazo da prescrição da pretensão punitiva	801
11.2.3.1.	Causas suspensivas previstas no Código Penal Militar	801
11.2.3.1.1.	Questões prejudiciais heterogêneas	802
11.2.3.2.	Cumprimento de pena no estrangeiro	808
11.2.3.3.	Causas suspensivas extravagantes ao Código Penal Militar	808
11.2.3.3.1.	Sustação da ação penal contra parlamentar federal e estadual	808
11.2.3.3.2.	Suspensão da prescrição em crime praticado pelo Presidente da República	809
11.2.3.3.3.	Suspensão condicional do processo nos termos da Lei n. 9.099/95 (sursis processual)	812
11.2.3.3.4.	Suspensão da prescrição nos termos do art. 366 do Código de Processo Penal comum	813
11.2.3.3.5.	Suspensão da prescrição pela expedição de carta rogatória	819
11.2.3.3.6.	Causas suspensivas trazidas pela Lei n. 13.964/2019 ("Pacote Anticrime")	820
11.2.4.	Interrupção do prazo da prescrição da pretensão punitiva	824

11.2.4.1.	Causas de interrupção do prazo prescricional da pretensão punitiva expressas no Código Penal Militar	825
11.2.4.2.	Causas interruptivas do Código Penal comum e sua irrelevância para a prescrição da pretensão punitiva do crime militar	842
11.2.4.3.	Disposições específicas sobre a interrupção da prescrição da pretensão punitiva	844
11.2.5.	Espécies de prescrição da pretensão punitiva	845
11.2.5.1.	Prescrição retroativa da pretensão punitiva, com base na pena em concreto	845
11.2.5.2.	Prescrição intercorrente da pretensão punitiva, com base na pena em concreto	851
11.2.5.3.	Prescrição virtual da pretensão punitiva, com base na possível aplicação de uma pena em concreto	854
11.3.	Prescrição da pretensão executória	859
11.3.1.	Prazos de prescrição da pretensão executória	860
11.3.2.	Termo inicial da prescrição da pretensão executória	866
11.3.3.	Causas suspensivas da contagem do prazo da prescrição da pretensão executória	870
11.3.4.	Causas interruptivas da contagem do prazo da prescrição da pretensão executória	871
11.3.4.1.	Interrupção do prazo prescricional da pretensão punitiva pelo início ou continuação do cumprimento da pena	871
11.3.4.2.	Interrupção do prazo prescricional da pretensão punitiva pela reincidência	872
11.3.5.	Efeitos do reconhecimento da prescrição da pretensão executória	874
11.4.	Prescrição do crime de deserção	874
12.	REABILITAÇÃO	879

INTRODUÇÃO À PARTE ESPECIAL

1.	CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA EXTERNA DO PAÍS	885
1.	Hostilidade contra país estrangeiro	894
2.	Provocação a país estrangeiro	900
3.	Ato de jurisdição indevida	903
4.	Violação de território estrangeiro	911
5.	Entendimento para empenhar o Brasil à neutralidade ou à guerra	913
6.	Entendimento para gerar conflito ou divergência com o Brasil	916
7.	Tentativa contra a soberania do Brasil	920
8.	Consecução de notícia, informação ou documento para fim de espionagem	926
9.	Revelação de notícia, informação ou documento	931
10.	Turbação de objeto ou documento	935
11.	Penetração com o fim de espionagem	937

12.	Desenho ou levantamento de plano ou planta de local militar ou de engenho de guerra	941
13.	Sobrevoos em local interdito	943
14.	<i>Sursis</i> , livramento condicional e liberdade provisória	945
2.	CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A AUTORIDADE OU DISCIPLINA MILITAR	947
1.	Do motim e da revolta	947
1.1.	Motim	947
1.2.	Revolta	963
1.3.	Organização de grupo para a prática de violência	965
1.4.	Omissão de lealdade militar	968
1.5.	Conspiração	971
1.6.	Cumulação de penas	975
2.	Da aliciação e do incitamento	975
2.1.	Aliciação para motim ou revolta	975
2.2.	Incitamento	979
2.3.	Apologia de fato criminoso ou do seu autor	982
3.	Da violência contra superior ou militar de serviço	985
3.1.	Violência contra superior	985
3.2.	Violência contra militar de serviço	1000
3.3.	Ausência de dolo no resultado	1007
4.	Do desrespeito a superior e a símbolo nacional ou a farda	1012
4.1.	Desrespeito a superior	1012
4.2.	Desrespeito a símbolo nacional	1022
4.3.	Despojamento desprezível	1025
5.	Da insubordinação	1028
5.1.	Recusa de obediência	1028
5.2.	Oposição a ordem de Sentinela	1036
5.3.	Reunião ilícita	1039
5.4.	Publicação ou crítica indevida	1047
6.	Da usurpação e do excesso ou abuso de autoridade	1051
6.1.	Assunção de comando sem ordem ou autorização	1051
6.2.	Conservação ilegal de comando	1053
6.3.	Operação militar sem ordem superior	1055
6.4.	Ordem arbitrária de invasão	1057
6.5.	Uso indevido por militar de uniforme, distintivo ou insígnia	1059
6.6.	Uso indevido de uniforme, distintivo ou insígnia militar por qualquer pessoa	1061
6.7.	Abuso de requisição militar	1067
6.8.	Rigor excessivo	1072
6.9.	Violência contra inferior	1075
6.10.	Ofensa aviltante a inferior	1079
7.	Da resistência	1082
7.1.	Resistência mediante ameaça ou violência	1082
8.	Da fuga, evasão, arrebatamento e amotinamento de presos	1085

8.1.	Fuga de preso ou internado	1085
8.2.	Modalidade culposa	1089
8.3.	Evasão de preso ou internado	1092
8.4.	Arrebatamento de preso ou internado	1095
8.5.	Amotinamento	1098
9.	Sursis, livramento condicional e liberdade provisória	1102
3.	CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA O SERVIÇO MILITAR E O DEVER MILITAR	1105
1.	Da insubmissão	1105
1.1.	Insubmissão	1105
1.2.	Criação ou simulação de incapacidade física	1109
1.3.	Substituição de convocado	1110
1.4.	Favorecimento a convocado	1112
2.	Da deserção	1117
2.1.	Deserção	1117
2.2.	Casos assimilados	1147
2.3.	Atenuante e agravante especiais	1155
2.4.	Deserção especial	1157
2.5.	Concerto para deserção	1163
2.6.	Deserção por evasão ou fuga	1166
2.7.	Favorecimento a desertor	1171
2.8.	Omissão de oficial	1174
3.	Do abandono de posto e de outros crimes em serviço	1176
3.1.	Abandono de posto	1176
3.2.	Descumprimento de missão	1183
3.3.	Retenção indevida	1186
3.4.	Omissão de eficiência da força	1188
3.5.	Omissão de providências para evitar danos	1190
3.6.	Omissão de providências para salvar comandados	1192
3.7.	Omissão de socorro	1194
3.8.	Embriaguez em serviço	1195
3.9.	Dormir em serviço	1202
4.	Do exercício de comércio	1205
4.1.	Exercício de comércio por oficial	1205
5.	Sursis, livramento condicional e liberdade provisória	1212
4.	CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	1213
1.	Do homicídio	1213
1.1.	Homicídio simples, "privilegiado" e qualificado	1213
1.2.	Homicídio culposo	1226
1.3.	Provocação direta ou auxílio a suicídio	1237
2.	Do genocídio	1243
2.1.	Genocídio	1243
3.	Da lesão corporal e da rixa	1248
3.1.	Lesão corporal dolosa	1248

3.2.	Lesão culposa	1258
3.3.	Participação em rixa	1261
4.	Da periclitación da vida ou da saúde	1263
4.1.	Abandono de pessoa	1263
4.2.	Maus-tratos	1266
5.	Dos crimes contra a honra	1271
5.1.	Calúnia	1271
5.2.	Difamação	1286
5.3.	Injúria	1291
5.4.	Injúria real	1295
5.5.	Ofensa às Forças Armadas	1297
6.	Dos crimes contra a liberdade	1300
6.1.	Dos crimes contra a liberdade individual	1300
6.1.1.	Constrangimento ilegal	1300
6.1.2.	Ameaça	1312
6.1.3.	Desafio para duelo	1315
6.1.4.	Sequestro ou cárcere privado	1317
6.2.	Do crime contra a inviolabilidade do domicílio	1321
6.2.1.	Violação de domicílio	1321
6.3.	Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência ou comunicação	1341
6.3.1.	Violação de correspondência	1341
6.4.	Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos de caráter particular	1352
6.4.1.	Divulgação de segredo	1352
6.4.2.	Violação de recato	1355
6.4.3.	Violação de segredo profissional	1368
7.	Dos crimes sexuais	1371
7.1.	Estupro	1372
7.2.	Atentado violento ao pudor	1385
7.3.	Corrupção de menores	1393
7.4.	Ato de libidinagem	1398
8.	Do ultraje público ao pudor	1402
8.1.	Ato obsceno	1402
8.2.	Escrito ou objeto obsceno	1406
9.	<i>Sursis</i> , livramento condicional e liberdade provisória	1409
5.	CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	1411
1.	Do furto	1411
1.1.	Furto	1411
1.2.	Furto de uso	1433
2.	Do roubo e da extorsão	1436
2.1.	Roubo	1436
2.2.	Extorsão	1451
2.3.	Extorsão mediante sequestro	1458

2.4.	Chantagem	1465
2.5.	Extorsão indireta	1468
3.	Da apropriação indébita	1470
3.1.	Apropriação indébita simples	1470
3.2.	Apropriação de coisa havida acidentalmente	1478
4.	Do estelionato e outras fraudes	1483
4.1.	Estelionato	1483
4.2.	Abuso de pessoa	1503
5.	Da receptação	1505
5.1.	Receptação	1505
5.2.	Receptação culposa	1511
6.	Da usurpação	1513
6.1.	Alteração de limites	1513
6.2.	Aposição, supressão ou alteração de marca	1516
7.	Do dano	1518
7.1.	Dano simples, dano atenuado e dano qualificado	1518
7.2.	Dano em material ou aparelhamento de guerra	1522
7.3.	Dano em navio de guerra ou mercante em serviço militar	1525
7.4.	Dano em aparelhos e instalações de aviação e navais, e em estabelecimentos militares	1528
7.5.	Desaparecimento, consunção ou extravio	1530
8.	Da usura	1534
8.1.	Usura pecuniária	1534
9.	<i>Sursis</i> , livramento condicional e liberdade provisória	1539
6.	CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA	1541
1.	Dos crimes de perigo comum	1541
1.1.	Incêndio	1541
1.2.	Explosão	1548
1.3.	Emprego de gás tóxico ou asfixiante	1553
1.4.	Abuso de radiação	1557
1.5.	Inundação	1560
1.6.	Perigo de inundação	1563
1.7.	Desabamento ou desmoronamento	1568
1.8.	Subtração, ocultação ou inutilização de material de socorro	1571
1.9.	Fatos que expõem a perigo aparelhamento militar	1573
1.10.	Formas qualificadas pelo resultado	1574
1.11.	Difusão de epizootia ou praga vegetal	1574
1.12.	Embriaguez ao volante	1578
1.13.	Perigo resultante de violação de regra de trânsito	1585
1.14.	Fuga após acidente de trânsito	1586
2.	Dos crimes contra os meios de transporte e de comunicação	1596
2.1.	Perigo de desastre ferroviário	1596
2.2.	Atentado contra transporte	1599
2.3.	Atentado contra viatura ou outro meio de transporte	1604

2.4.	Formas qualificadas pelo resultado	1606
2.5.	Arremesso de projétil	1607
2.6.	Atentado contra serviço de utilidade militar	1609
2.7.	Interrupção ou perturbação de serviço ou meio de comunicação	1613
2.8.	Aumento de pena	1616
3.	Dos crimes contra a saúde	1617
3.1.	Tráfico, posse ou uso de entorpecente ou substância de efeito similar	1617
3.2.	Receita ilegal	1639
3.3.	Epidemia	1644
3.4.	Envenenamento com perigo extensivo	1648
3.5.	Corrupção ou poluição de água potável	1652
3.6.	Fornecimento de substância nociva	1655
3.7.	Fornecimento de substância alterada	1656
3.8.	Omissão de notificação de doença	1660
4.	<i>Sursis</i> , livramento condicional e liberdade provisória	1662
7.	CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO MILITAR	1663
1.	Do desacato e da desobediência	1663
1.1.	Desacato a superior	1663
1.2.	Desacato a militar	1674
1.3.	Desacato a assemelhado ou funcionário	1681
1.4.	Desobediência	1686
1.5.	Ingresso clandestino	1692
2.	Do peculato	1696
2.1.	Peculato	1696
2.2.	Peculato mediante aproveitamento do erro de outrem	1709
3.	Da concussão, excesso de exação e desvio	1711
3.1.	Concussão	1711
3.2.	Excesso de exação	1719
3.3.	Desvio	1722
4.	Da corrupção	1725
4.1.	Corrupção passiva	1725
4.2.	Corrupção ativa	1734
4.3.	Participação ilícita	1737
5.	Da falsidade	1740
5.1.	Falsificação de documento	1740
5.2.	Falsidade ideológica	1751
5.3.	Cheque sem fundos	1756
5.4.	Certidão ou atestado ideologicamente falso	1759
5.5.	Uso de documento falso	1762
5.6.	Supressão de documento	1766
5.7.	Uso de documento pessoal alheio	1768
5.8.	Falsa identidade	1770
6.	Dos crimes contra o dever funcional	1773

6.1.	Prevaricação	1773
6.2.	Violação do dever funcional com o fim de lucro	1778
6.3.	Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento	1781
6.4.	Condescendência criminosa	1784
6.5.	Não inclusão de nome em lista	1788
6.6.	Inobservância de lei, regulamento ou instrução	1790
6.7.	Violação ou divulgação indevida de correspondência ou comunicação	1795
6.8.	Violação de sigilo funcional	1797
6.9.	Violação de sigilo de proposta de concorrência	1799
6.10.	Obstáculo à hasta pública, concorrência ou tomada de preços	1804
6.11.	Exercício funcional ilegal	1808
6.12.	Abandono de cargo	1810
6.13.	Aplicação ilegal de verba ou dinheiro	1813
6.14.	Abuso de confiança ou boa-fé	1816
6.15.	Violência arbitrária	1818
6.16.	Patrocínio indébito	1823
7.	Dos crimes praticados por particular contra a administração militar	1826
7.1.	Usurpação de função	1826
7.2.	Tráfico de influência	1828
7.3.	Subtração ou inutilização de livro, processo ou documento	1830
7.4.	Inutilização de edital ou de sinal oficial	1832
7.5.	Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência	1834
8.	<i>Sursis</i> , livramento condicional e liberdade provisória	1837
8.	CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR	1839
1.	Recusa de função na justiça militar	1843
2.	Desacato	1846
3.	Coação	1849
4.	Denúnciação caluniosa	1852
5.	Comunicação falsa de crime	1857
6.	Autoacusação falsa	1860
7.	Falso testemunho ou falsa perícia	1862
8.	Corrupção ativa de testemunha, perito ou intérprete	1870
9.	Publicidade opressiva	1873
10.	Desobediência a decisão judicial	1875
11.	Favorecimento pessoal	1877
12.	Favorecimento real	1880
13.	Inutilização, sonegação ou descaminho de material probante	1883
14.	Exploração de prestígio	1886
15.	Desobediência a decisão sobre perda ou suspensão de atividade ou direito	1888
16.	<i>Sursis</i> , livramento condicional e liberdade provisória	1890
9.	BREVES COMENTÁRIOS AOS CRIMES MILITARES EM TEMPO DE GUERRA	1891
1.	Do favorecimento ao inimigo	1894

1.1.	Da traição	1894
1.1.1.	Traição	1894
1.1.2.	Favor ao inimigo	1898
1.1.3.	Tentativa contra a soberania do Brasil	1901
1.1.4.	Coação a Comandante	1902
1.1.5.	Informação ou auxílio ao inimigo	1903
1.1.6.	Aliciação de militar	1904
1.1.7.	Ato prejudicial à eficiência da tropa	1905
1.2.	Da traição imprópria	1906
1.2.1.	Traição imprópria	1906
1.3.	Da cobardia	1907
1.3.1.	Cobardia	1907
1.3.2.	Cobardia qualificada	1908
1.3.3.	Fuga em presença do inimigo	1909
1.4.	Da espionagem	1910
1.4.1.	Espionagem	1910
1.4.2.	Penetração de estrangeiro	1911
1.5.	Do motim e da revolta	1912
1.5.1.	Motim, revolta ou conspiração	1912
1.5.2.	Omissão de lealdade militar	1912
1.6.	Do incitamento	1913
1.6.1.	Incitamento	1913
1.6.2.	Incitamento em presença do inimigo	1913
1.7.	Da inobservância do dever militar	1913
1.7.1.	Rendição ou capitulação	1913
1.7.2.	Omissão de vigilância	1915
1.7.3.	Descumprimento do dever militar	1916
1.7.4.	Falta de cumprimento de ordem	1917
1.7.5.	Entrega ou abandono culposo	1918
1.7.6.	Captura ou sacrifício culposo	1919
1.7.7.	Separação reprovável	1920
1.7.8.	Abandono de comboio	1920
1.7.9.	Separação culposa de comando	1922
1.7.10.	Tolerância culposa	1923
1.7.11.	Entendimento com o inimigo	1924
1.8.	Do dano	1924
1.8.1.	Dano especial	1924
1.8.2.	Dano em bens de interesse militar	1925
1.8.3.	Envenenamento, corrupção ou epidemia	1925
1.9.	Dos crimes contra a incolumidade pública	1926
1.9.1.	Crimes de perigo comum	1926
1.10.	Da insubordinação e da violência	1926
1.10.1.	Recusa de obediência ou oposição	1926
1.10.2.	Coação contra Oficial-General ou Comandante	1927
1.10.3.	Violência contra superior ou militar de serviço	1928
1.11.	Do abandono de posto	1928

1.11.1.	Abandono de posto	1928
1.12.	Da deserção e da falta de apresentação	1929
1.12.1.	Deserção	1929
1.12.2.	Deserção em presença do inimigo	1929
1.12.3.	Falta de apresentação	1929
1.13.	Da libertação, da evasão e do amotinamento de prisioneiros	1930
1.13.1.	Libertação de prisioneiro	1930
1.13.2.	Evasão de prisioneiro	1931
1.13.3.	Amotinamento de prisioneiros	1933
1.14.	Do favorecimento culposo ao inimigo	1933
1.14.1.	Favorecimento culposo	1933
2.	Da hostilidade e da ordem arbitrária	1934
2.1.	Prolongamento de hostilidades	1934
2.2.	Ordem arbitrária	1934
3.	Dos crimes contra a pessoa	1935
3.1.	Do homicídio	1935
3.1.1.	Homicídio simples	1935
3.2.	Do genocídio	1936
3.2.1.	Genocídio	1936
3.2.2.	Casos assimilados	1936
3.3.	Da lesão corporal	1937
3.3.1.	Lesão leve	1937
4.	Dos crimes contra o patrimônio	1937
4.1.	Furto	1937
4.2.	Roubo ou extorsão	1938
4.3.	Saque	1938
5.	Do rapto e da violência carnal	1938
5.1.	Rapto	1938
5.2.	Violência carnal	1941
5.3.	<i>Sursis</i> e livramento condicional	1942
REFERÊNCIAS		1943